

Sintagmas indefinidos de foco no português brasileiro: uma investigação teórica das particularidades semânticas e pragmáticas

Fernanda Rosa da Silva¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar os fenômenos semânticos e pragmáticos presentes em diálogos do português brasileiro, doravante PB. Mais especificamente, a pesquisa busca analisar diálogos que são compostos por perguntas do tipo sim/não, e respostas nas quais haja um sintagma nominal indefinido com função informacional de foco, tanto em sua posição canônica como deslocado. A pesquisa foi motivada a partir do apontamento em Silva (2017), de que os sintagmas quantitativos indefinidos com função de foco podem desencadear inferências distintas, a depender de diversos fatores como: estrutura sintática (canônica ou deslocada), semântica da pergunta, contexto de uso. A pesquisa buscou, por meio da criação de diálogos do PB, apresentar uma proposta lógico-formal para a explicação de maior ou menor aceitabilidade de respostas com sintagma indefinido em função de foco. A partir dos dados, pode-se concluir que o tipo de pergunta e o conjunto inserido por esta influenciam na aceitabilidade da resposta. Ainda, critérios semânticos como o de congruência entre pergunta e resposta são necessários para a aceitabilidade de sentenças com foco indefinido, mas não suficientes. Além da congruência, são necessárias estratégias pragmáticas para que respostas com sintagmas indefinidos em função de foco, tanto em sua posição canônica quanto deslocado, sejam adequadas para determinada pergunta dada no contexto.

Palavras-chave: Semântica formal. Foco. Sintagmas indefinidos. Semântica de perguntas. Deslocamento.

Este trabalho tem como objetivo investigar os diálogos do PB que contenham perguntas sim/não, seguidas de respostas com

1 Possui mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2012) e doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2017). Possui graduação em Licenciatura em Letras (Português / Inglês) pelo Centro Universitário Fundação Santo André (2004). Atualmente é pós-doutoranda na Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Teórica e Psicolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: foco / tópico, estrutura informacional, semântica formal, implicaturas conversacionais e pragmática formal.

sintagmas indefinidos em função de foco. Serão observadas tanto respostas com sintagma de foco indefinido em sua posição canônica quanto deslocado. Ressaltamos que as particularidades do sintagma indefinido (SILVA, 2007, 2012; MÜLLER, 2001, 2002), bem como o fenômeno do deslocamento já foram amplamente investigados no português brasileiro em diversas perspectivas (PONTES, 1987; ILARI, 1992; KATO, 1998; MIOTO, 2003; ORSINI; VASCO, 2007; entre outros).

Em Silva (2017), há uma descrição dos contextos em que elementos da estrutura informacional podem ou não ocorrer em sentenças com deslocamento no PB. Entretanto, algumas questões ficaram em aberto. Especialmente, não foi apresentada, no referido trabalho, uma explicação formal e mais generalizada de por que é possível haver o deslocamento de sintagmas indefinidos com função de foco em alguns contextos e em outros não.

Esta pesquisa busca contribuir com a teoria linguística no sentido de que um dos seus objetivos é propor uma explicação semântico-pragmática para os contextos levantados e descritos na tese citada, a partir de um aparato lógico-formal. A seguir, são apresentados os tipos de diálogo que serão objetos de investigação desta pesquisa:

- (1) A: João leu o artigo do Chomsky?
B: Ele leu UM ARTIGO.

- (2) A: João leu o artigo do Chomsky?
B: UM ARTIGO, ele leu.

Nos exemplos anteriores os diálogos são inseridos por perguntas sim/não. Nesse tipo de pergunta, há apenas duas respostas semanticamente possíveis: 'sim' para responder afirmativamente ao perguntado; e 'não', para responder negativamente. Em relação às respostas, há dois tipos,

um com estrutura canônica linear, em (1), em que o sintagma com função informacional de foco encontra-se em sua posição, de objeto, e outro em que o sintagma indefinido com função de foco é deslocado para a periferia esquerda da sentença (2).

A presente pesquisa propõe-se a fazer uma discussão teórica de por que, a depender do tipo de pergunta ou do tipo de resposta, a sentença é mais ou menos aceitável. Nossa hipótese é que: a natureza semântica da pergunta e as condições pragmáticas que envolvem as respostas influenciam no nível de aceitabilidade por parte do falante.

O artigo está organizado da seguinte forma: na próxima seção serão apresentadas, resumidamente, as propostas semânticas para perguntas e foco. Em seguida, será feita a análise dos dados que são objeto deste estudo, considerando as bases teóricas adotadas. Por fim, serão expostas as considerações finais, bem como as propostas de generalização.

1. Semântica de Alternativas: perguntas e foco

Assumimos, para a semântica de perguntas, a teoria de Hamblin (1973). Segundo o autor, enquanto saber o significado de uma sentença declarativa consiste no falante saber as condições para que esta seja verdadeira ou falsa, o significado de uma questão está relacionado ao falante saber que tipos de respostas são possíveis para ela. Para Hamblin, o valor semântico ordinário das questões é o conjunto de asserções possíveis para a pergunta. Em uma pergunta sim/não, como no diálogo abaixo, na qual há apenas duas possibilidades de resposta: “sim” ou “não”, a semântica proposta para ela é um conjunto de alternativas formado por duas proposições.

- (3) A: João leu o artigo do Chomsky?
B: SIM, ele leu.

A semântica para (3)A pode ser formalmente representada por: {João leu o artigo do Chomsky, João não leu o artigo do Chomsky}. Também é possível realizar a representação formal por meio da notação lambda:

$$(4) \quad [[(3)A]] = \lambda p. [p = \text{João leu o artigo do Chomsky} \vee p = \neg (\text{João leu o artigo do Chomsky})]$$

Em relação à semântica de foco, assumimos a teoria de Rooth (1985, 1995), que propõe que foco é uma marcação fonológica sobre um sintagma e evoca um conjunto de alternativas. As sentenças com marcação de foco possuem dois valores semânticos: o seu valor ordinário, que representa a proposição assertada, e o valor de foco, que representa o conjunto de alternativas relevantes no discurso. Em relação ao diálogo anterior, em (3), a primeira representação, em (5), corresponde ao valor ordinário da resposta em (3)B, enquanto a segunda, em (6), apresenta o valor de foco desta mesma resposta.

$$(5) \quad [[(3)B]]_0 = 1 \text{ sse João leu o artigo do Chomsky}$$

$$(6) \quad [[(3)B]]_f = \lambda p. [p = \text{João leu o artigo do Chomsky} \vee p = \neg \text{João leu o artigo do Chomsky}]$$

Observe que, enquanto o valor ordinário, em (5), corresponde a um valor de verdade para a declaração assertada em (3)B, o valor de foco, em (6), por se tratar de uma resposta para uma pergunta sim/não, corresponde a um conjunto de entidades com duas alternativas: uma afirmativa e outra negativa. É importante destacar que a asserção em (3)B é um elemento do conjunto de alternativas dada pelo seu valor de foco. Desta maneira, pode-se afirmar mais formalmente que o valor ordinário da asserção pertence ao seu valor de foco.

$$(7) \quad [[(3)B]]0 \in [[(3)B]]f$$

A relação entre o valor ordinário e o valor de foco da sentença é explorada por Rooth e demais autores, como Büring (2003), Krifka (2007). Ainda, em relação à semântica da pergunta, representada em (4), podemos afirmar que é correspondente ao valor de foco da resposta, dado em (6). A essa correspondência entre o valor de foco da resposta e o valor ordinário da pergunta, os autores chamam de congruência (ROOTH, 1985, 1995; ROBERTS, 1996; BÜRING, 1999, 2003). A noção de congruência é essencial na relação pergunta/resposta, pois representa a adequação entre a pergunta disponibilizada no contexto e sua resposta. Uma resposta é congruente com uma questão se o valor ordinário da resposta pertence ao conjunto de alternativas de foco. Ainda, o valor ordinário da pergunta deve estar contido no valor de foco da resposta (cf. Rooth, 1985, 1995; BÜRING, 2003; KRIFKA, 2007). Observe, a seguir, as relações lógicas entre o par questão/resposta em (3):

$$(8) \quad [[(3)B]]0 \in [[(3)B]]f$$

$$(9) \quad [[(3)A]]0 \subseteq [[(3)B]]f$$

Como podemos observar, o valor semântico de (3)B, ‘João leu o artigo do Chomsky’ é uma alternativa que pertence ao conjunto denotado pelo seu valor de foco. Essa relação está representada em (8). Além disso, o conjunto de alternativas da questão está contido no conjunto de alternativas de foco, ou é equivalente, como exemplificado em (9). Esses dois critérios são necessários para a relação de congruência.

A partir de contextos como os apresentados anteriormente, nossa proposta é comparar a gramaticalidade e aceitabilidade dos tipos de resposta. Tal comparação tem como objetivos: i) investigar os fenômenos semânticos e pragmáticos que ocorrem em sentenças afirmativas do PB nas

quais haja um sintagma indefinido com função informacional de foco, tanto em sua posição canônica como deslocado; ii) analisar se as propriedades semânticas das questões e de foco interferem na aceitabilidade da sentença; iii) buscar uma explicação formal, lógica, para os contextos em que determinada resposta é aceitável e para os contextos em que não é.

2. Deslocamento de indefinidos no português brasileiro

Para a presente pesquisa, investigaremos diálogos compostos de pergunta sim/não com: (i) artigo definido singular; (ii) artigo definido plural; (iii) artigo indefinido. As respostas apresentam um sintagma indefinido com função de foco, tanto em sua posição canônica quanto deslocada. Como nossa proposta é investigar respostas nas quais o sintagma com função de foco seja um SN indefinido, antes de iniciarmos a análise, apresentaremos uma breve discussão sobre a semântica deste.

O sintagma nominal indefinido já foi amplamente discutido, desde Frege (1892) e Russell (1905). Para ambos, o artigo indefinido pode ser considerado como um quantificador existencial na lógica de predicados. Desta maneira, uma sentença como (10) tem sua representação semântica como em (11).

(10) João leu um artigo do Chomsky.

(11) $\exists x$ [artigo do Chomsky (x) & João leu x]

Neste caso, há uma interpretação de que existe uma entidade que tem as propriedades de "ser artigo do Chomsky" e de "ter sido lida por João". Há uma tendência a interpretar que existe um único artigo do Chomsky. Autores como Heim (1991) defendem que tal interpretação provém de uma implicatura escalar (cf. GAZDAR, 1979).

2.1 Com artigo definido singular na pergunta

Começemos a observar um diálogo no qual a pergunta sim/não introdutória apresenta um artigo definido, como em (12)A. Porém, antes de tratarmos da aceitabilidade de uma resposta para tal pergunta, discutiremos qual semântica deve ser atribuída ao artigo definido singular ‘o’, que insere o NP ‘artigo do Chomsky’:

(12) A: João leu o artigo do Chomsky?

O artigo definido singular em inglês, ‘the’, para Russell (1905), é considerado um quantificador generalizado pressuposicional. Ou seja, o argumento modificado por ele carrega uma pressuposição de existência. Quando se afirma a sentença abaixo, há uma pressuposição de que existe um artigo do Chomsky:

(13) João leu o artigo do Chomsky.

(14) Pressuposição: $\exists x$ artigo do Chomsky(x)

Asserção: João leu x, tal que x é artigo do Chomsky.

Além da pressuposição de existência, Frege (1892) aponta que há também uma pressuposição de unicidade. Para Heim (1991), o artigo definido ‘the’ expressa uma relação entre dois conjuntos, em que o primeiro tem apenas um membro e é subconjunto do segundo. Tomando como exemplo a sentença em (13), há um conjunto de entidades das quais ‘João leu’ e um conjunto de ‘artigos do Chomsky’, este último formado apenas por uma entidade. O conjunto unitário de artigo do Chomsky é subconjunto do conjunto de entidades que João leu. A denotação em uma metalinguagem de lógica de predicados pode ser dada como segue:

- (15) $\exists!x$ saliente no contexto, tal que artigo do Chomsky (x) & [João leu x]

Na notação acima, há duas restrições, a primeira representada pelo símbolo ‘!’, que na lógica formal atribui a pressuposição de unicidade. A outra restrição diz respeito à saliência no contexto, visto que o artigo do Chomsky não é a única entidade no mundo, mas dentro do domínio no qual o enunciado foi proferido, há uma delimitação em que há apenas um artigo do Chomsky. Desta maneira, uma paráfrase para (15) seria: existe um único x saliente no contexto, tal que esse x é artigo do Chomsky e João leu x. Dada a semântica atribuída ao artigo definido singular, considere, a seguir, a proposição lógica proposta à pergunta no diálogo a seguir:

- (16) A: João leu o artigo do Chomsky?
 (17) $[[(16)A]]_0 = \lambda p. [\exists!x \text{ saliente no contexto, tal que artigo do Chomsky}(x) \ \& \ [p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)]]$

A denotação semântica acima, em (17), pode ser parafraseada por: existe um conjunto formado por duas proposições, uma em que ‘João leu o único artigo do Chomsky saliente no contexto’ e outra em que ‘João não leu o único artigo do Chomsky saliente no contexto’. Com base nessa proposta semântica para a pergunta sim/não que apresenta um SN definido, observemos o diálogo a seguir, cuja resposta contém um sintagma nominal indefinido em sua posição canônica linear.

- (18) A: João leu o artigo do Chomsky?
 B: Ele leu UM ARTIGO.

A resposta dada em (18)B não é a semanticamente a mais adequada. Isto porque a pergunta sim/não exemplificada anteriormente

possui um artigo definido singular, que introduz um conjunto unitário de entidades. Ou seja, existe apenas um artigo do Chomsky disponível no discurso, e o falante em A quer saber se o João leu ou não este artigo. Desta forma, a resposta esperada seria ‘sim, ele leu o artigo’ ou ‘não, ele não leu o artigo’. Retomemos à proposta semântica atribuída à pergunta em (18)A representada em (17).

Na proposta em (17), há duas proposições alternativas, uma afirmativa e outra negativa. Ambas permitem apenas um elemento no conjunto, ou seja, um único “artigo do Chomsky”. Essa delimitação do conjunto é dada pela semântica do artigo definido. A resposta com um artigo indefinido, por sua vez, introduz um conjunto de elementos novos com quantidade não especificada. Essa resposta indica que o falante esteja violando, em um nível superficial, a submáxima de quantidade de Grice (1975), pois disponibiliza menos informação do que a solicitada pela pergunta. Na resposta, o falante indica que João leu um artigo qualquer, que não necessariamente seja o artigo especificado pela pergunta. Observemos, respectivamente, os valores ordinário e de foco para (18)B.

(19) $[[[(18)B]]]_0 = \exists x [\text{artigo do Chomsky}(x) \ \& \ \text{João leu } x]$

(20) $[[[(18)B]]]_f = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ [p = \text{João leu } x \vee p = \neg \text{João leu } x]] \mid x \in De$

Ao comparar o valor semântico da asserção com seu valor de foco, pode-se perceber que o valor ordinário pertence ao valor de foco, uma das condições para a congruência questão/resposta. Ainda, se compararmos o valor de foco da resposta em (20) com o valor ordinário da pergunta em (17), podemos perceber que o valor da pergunta está contido no valor de foco da resposta.

(21) $[[[(18)B]]]_0 \in [[[(18)B]]]_f$

(22) [[(18)A]]0 \subseteq [[(18)B]]f

Pode-se concluir que o par questão/resposta em (18) satisfaz os critérios de congruência: o valor ordinário da resposta pertence ao seu valor de foco (21); o valor ordinário da pergunta está contido no valor de foco (22). Entretanto, a resposta com sintagma indefinido, intuitivamente, parece não ser a mais apropriada. Uma explicação para a estranheza pode-se dar no nível pragmático, em que o falante B não está sendo cooperativo no sentido de que, ao responder com um sintagma indefinido, que possui a função de introduzir um referente novo na sentença, ele não contribui com as informações solicitadas, já que a pergunta insere uma entidade específica e o sintagma indefinido não. Porém, a explicação se dá em um nível mais profundo do discurso, no qual a resposta indica que o falante não tem evidências suficientes para responder diretamente à pergunta. Por isso, faz uso do sintagma indefinido. Esse uso corresponde à quebra da submáxima de quantidade e, conseqüentemente, a geração de uma implicatura conversacional de desconhecimento por parte do falante (cf. Grice (1975). Ainda, se na resposta, o sintagma indefinido marcado por foco é deslocado para a periferia esquerda da sentença, a estranheza na continuidade do diálogo parece permanecer.

(23) A: João leu o artigo do Chomsky?

B: ?UM ARTIGO1, ele leu t1.

No contexto em (23), assim como no anterior, há congruência entre o par questão/resposta. Uma vez que os dois critérios necessários para congruência são satisfeitos: o valor de foco contém o valor ordinário da resposta; e o valor ordinário da pergunta está contido no valor de foco. E da mesma forma a resposta é um tanto estranha. Porém, o deslocamento parece tornar a resposta um pouco mais aceitável. Isto porque, ao deslocar

o sintagma indefinido com função de foco para a periferia esquerda da sentença, o falante indica que está utilizando uma estratégia pragmática. Além disso, juntando o deslocamento com uma entonação própria de foco contrastivo, a sentença torna-se mais apropriada. Gera-se, então, uma implicatura, a partir da violação dá máxima de quantidade. Essas estratégias tornam possível a resposta (23).

Os valores ordinário e de foco do enunciado acima, com deslocamento, são os mesmos da correspondente sem deslocamento (18) B, como podemos observar nas representações a seguir.

$$(24) \quad [[[(23)B]]]0 = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu } x]$$

$$(25) \quad [[[(23)B]]]f = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ [p = \text{João leu } x \vee p = \neg \text{João leu } x]] \ x \in \text{De}]$$

Nesta seção, em que a pergunta sim/não apresenta um sintagma definido singular, pudemos observar que as respostas com sintagma indefinido marcadas por foco, mesmo sendo congruentes, causam uma estranheza. Isto ocorre porque há uma indicação de que o falante esteja violando a máxima de quantidade e, com isso, gera-se uma implicatura de desconhecimento por parte do falante.

2.2. Com artigo definido plural na pergunta

Nesta seção, que tratará de diálogos cujas perguntas apresentam artigo definido plural para inserir entidades no discurso, iniciaremos a discussão da teoria semântica adotada para o artigo definido plural. Nossa proposta está baseada na teoria mereológica de Link (1983). Para o autor, uma entidade representa um conjunto de átomos singulares e as somas desses átomos. Dessa forma, a semântica da entidade ‘artigo do Chomsky’,

por exemplo, é representada pelos átomos singulares e as somas entre esses átomos. Imagine que, no domínio, temos três artigos do Chomsky, representados pela sequência numérica 1, 2 e 3.

(26) $[[\text{artigo do Chomsky}]] = \{\text{artigo do Chomsky1, artigo do Chomsky2, artigo do Chomsky3, artigo do Chomsky1} \oplus \text{artigo do Chomsky2, artigo do Chomsky1} \oplus \text{artigo do Chomsky3, artigo do Chomsky2} \oplus \text{artigo do Chomsky3, artigo do Chomsky1} \oplus \text{artigo do Chomsky2} \oplus \text{artigo do Chomsky3}\}$

Nessa representação, constam as entidades singulares: ‘artigo do Chomsky1’, ‘artigo do Chomsky2’, ‘artigo do Chomsky3’, além de suas somas, identificadas pelo símbolo de soma mereológica ‘ \oplus ’. De acordo com essa teoria, o artigo definido plural seleciona sempre o supremo, a maior soma existente no domínio recortado. Em nosso exemplo, a maior soma é representada por: ‘artigo do Chomsky1 \oplus artigo do Chomsky2 \oplus artigo do Chomsky3’. Esta maior soma pode ser representada, em notação lógica, pelo operador maximizador ou de soma MAX. Tal operador tem a função de somar todas as entidades disponíveis no domínio. Observe em (28) a denotação formal para a sentença (27), a seguir.

(27) João leu os artigos do Chomsky.

(28) $\exists x$ saliente no contexto | MAX[(artigo do Chomsky(x)) & [João leu x]]

A representação acima pode ser parafraseada por: há um conjunto de artigos do Chomsky, saliente no contexto, e todos esses artigos foram lidos por João. Tomando como base esta proposta semântica para o sintagma definido plural, observemos como pode ser representada uma sentença interrogativa com sintagma plural.

(29) João leu os artigos do Chomsky?

(30) $\lambda p. \exists x$ saliente no contexto [$p = \text{João leu MAX}(\text{artigo do Chomsky}(x)) \vee p = \neg (\text{João leu MAX}(\text{artigo do Chomsky}(x)))$]

A denotação semântica para a questão acima indica que há um conjunto de alternativas formado por duas proposições: uma em que João leu o conjunto máximo de artigos do Chomsky saliente no contexto e outra em que João não leu esse conjunto. Observemos se a resposta com um sintagma indefinido de foco em sua posição canônica é possível em um diálogo no qual uma pergunta sim/não insere um conjunto não unitário de entidades.

(31) A: João leu os artigos do Chomsky?

B: Ele leu UM ARTIGO.

Pela formulação, a resposta esperada seria 'sim', se João leu o conjunto máximo de artigos do Chomsky e 'não' se ele não leu. Desta maneira, a resposta não é semanticamente esperada, já que, ao responder que João leu um artigo e não o conjunto máximo, o falante não responde nem 'sim' nem 'não'.

A resposta acima, com sintagma indefinido de foco em sua posição canônica, parece ser uma resposta pragmaticamente adequada para a pergunta com sintagma plural, apesar de não satisfazer os critérios semânticos. Diferentemente do diálogo da seção anterior, em que a pergunta inseria um conjunto unitário de indivíduos, neste caso, a pergunta insere um conjunto necessariamente plural de entidades. Com isto, a inserção do artigo indefinido na resposta, que apresenta um conjunto aberto de entidades, é aceitável. Observemos, a seguir, a semântica ordinária da pergunta, em (32), e logo em seguida, a de foco, em (33):

(32) $[[[(31)A]]]_0 = \lambda p. [\exists x$ saliente no contexto [$p = \text{João leu}$

$MAX(\text{artigo do Chomsky}(x)) \vee p = \neg [\text{João leu } MAX(\text{artigo do Chomsky}(x))]$

(33) $[[[(31)B]]f = \lambda p. [\exists x \mid \text{artigo do Chomsky}(x) \ \& \ [p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)]] \ x \in De$

A proposta de formalização lógica em (31) indica que a pergunta insere duas proposições, uma na qual ‘João leu um número máximo de artigos do Chomsky’, e a outra em que ‘é falso que ele tenha lido todo o conjunto de artigos’. Essa semântica, menos restrita do que a semântica do artigo definido, indica um conjunto de entidades não unitário, o que permite que haja a possibilidade de que, dentro deste conjunto, pelo menos uma entidade tenha a propriedade de “o João ter lido x”. Ou seja, há uma estratégia de resposta parcial (GROENENDIJK; STOKHOF, 1984), na qual o falante responde ‘sim’ para apenas uma entidade do domínio, e ‘não’ para o conjunto máximo de entidades. Pelas formalizações acima, o valor ordinário da pergunta está contido no valor de foco da resposta:

(34) $[[[(31)A]]0 \subseteq [[[(31)B]]f$

Dada a possibilidade lógica, pode-se afirmar que a resposta com sintagma indefinido em função de foco para uma pergunta que apresente um artigo definido plural é semanticamente possível. Observemos, a seguir, se há diferenças de aceitabilidade quando a resposta possui um sintagma indefinido com função de foco deslocado.

(35) A: João leu os artigos do Chomsky?
B: UM ARTIGO1, ele leu t1.

Intuitivamente, parece que a resposta com o sintagma indefinido com função de foco deslocado tem um nível de aceitabilidade maior. Qual

seria a explicação, se tanto o valor ordinário da resposta de (35)B quanto o seu valor de foco são os mesmos de (31)B?

A explicação para a maior naturalidade é de natureza pragmática. Ao deslocar o sintagma ‘um artigo’ para a periferia esquerda da sentença, o falante tem a intenção de destacar, no conjunto de artigos do Chomsky inserido pela pergunta, pelo menos um artigo, e a este atribuir a propriedade ‘João leu x’. Silva (2017) defende que a função de deslocamento de sintagmas com função de foco, tanto definidos quanto indefinidos, é a de destacar um elemento do conjunto disponível no contexto e a ele atribuir uma propriedade. É exatamente o que ocorre neste caso, já que, em termos semânticos, não há distinção entre a resposta canônica linear e a resposta com deslocamento. Ainda, assim como na resposta com foco em sua posição canônica, a resposta com deslocamento também apresenta uma estratégia de resposta parcial (mais evidenciada por essa estrutura sintática), em que o falante atribui propriedades a um indivíduo do conjunto e deixa os demais em aberto.

Podemos, mais uma vez perceber, nesta seção, que há interferência pragmática na aceitabilidade da sentença. Por mais que, semanticamente, o par pergunta/resposta seja congruente, o que vai validar a resposta são questões de natureza pragmática como estratégias de resposta parcial, destaque ao indivíduo inserido no contexto, implicatura conversacional.

2.3. Com artigo indefinido na pergunta

Esta seção tem como objetivo investigar diálogos de pergunta sim/não em que a pergunta apresenta um sintagma indefinido. Nossa questão é se sintagmas indefinidos na pergunta influenciam tanto no critério de congruência entre a pergunta e a resposta quanto nas características semânticas e pragmáticas envolvidas em sentenças com sintagma indefinido em função de foco, seja esse deslocado ou não. Observemos

diálogo a seguir, em que o conjunto formado por artigos do Chomsky é inserido pelo sintagma indefinido ‘um’:

- (36) A: João leu um artigo do Chomsky?
B: #Ele leu UM ARTIGO DO CHOMSKY.

Podemos observar que a resposta em (36)B não é adequada para a pergunta inserida no diálogo. A inadequação é identificada pelo símbolo ‘#’. Primeiramente, é importante retomar a semântica atribuída ao sintagma indefinido no presente artigo, em que sua força quantificacional é suscetível ao contexto. Essa pode ser existencial ou universal. Na pergunta em (36)A, pode-se considerar que o sintagma indefinido tenha uma força quantificacional existencial. Desta maneira, a representação lógica pode ser dada como segue:

- (37) $[[[(36)A]]]_0 = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)]]$

Neste caso, há uma compatibilidade semântica entre o valor ordinário da pergunta e o valor de foco da resposta, já que o valor semântico da pergunta está contido no valor de foco da resposta, ou seja, a resposta é semanticamente congruente com a pergunta. Compare o valor de foco de (36)B a seguir, com o valor ordinário da pergunta, dado anteriormente em (37):

- (38) $[[[(36)B]]]_f = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)] \ x \in \text{De}$

Podemos observar que o valor ordinário da pergunta em (36)A é exatamente igual ao valor de foco de sua resposta. Isto comprova que

há congruência entre o par questão/resposta acima. A questão que fica, então, é por que, mesmo sendo congruente, a resposta não é adequada? A inaceitabilidade pode ser explicada por questões pragmáticas, já que a resposta não é informativa, não acrescenta informações ao contexto. A resposta esperada para a pergunta em (36)A seria “sim, ele leu”, ou “não, ele não leu”. Ao repetir o artigo indefinido, o falante insere o mesmo conjunto de entidades com a propriedade de “ser artigo do Chomsky”, sem responder se João leu ou não o artigo.

À semelhança da resposta sem deslocamento, a resposta com deslocamento também é inadequada. Mesmo com a estratégia de deslocamento, em que o falante coloca em posição de destaque um elemento do conjunto inserido pela pergunta, a resposta continua não sendo adequada:

- (39) A: João leu um artigo do Chomsky?
B: #UM ARTIGO DO CHOMSKY1, ele leu t1.

Vimos que, se houver um artigo indefinido inserindo um conjunto de entidades na pergunta, a resposta com sintagma indefinido em função informacional de foco, tanto deslocado quanto não deslocado, não é adequada. Entretanto, se este artigo indefinido inserir um conjunto de entidades distintas da entidade presente na resposta, tal resposta será aceitável.

- (40) A: João leu um livro do Chomsky?
B: Ele leu UM ARTIGO DO CHOMSKY.

Quando o sintagma indefinido introduz um outro elemento, diferente do explicitado na pergunta, a resposta é possível, isto porque o conjunto de elementos inserido pela pergunta é contrastado com o conjunto de

elementos inserido pelo sintagma indefinido. No caso do diálogo em (40), o conjunto de ‘livros do Chomsky’, inserido pela pergunta, é contrastado com o ‘conjunto de artigos do Chomsky’ inserido pela resposta.

Um elemento contrastivo evoca um conjunto de proposições alternativas no qual se afirma uma das proposições e nega-se pelo menos uma no discurso (cf. REPP, 2016). No exemplo em (40), mesmo que ‘um artigo do Chomsky’ não tenha sido inserido na pergunta, ao ser proferido na resposta, ele estabelece uma relação de contraste com ‘um livro do Chomsky’. Então, podemos afirmar que a resposta é adequada à pergunta. Porém, se considerarmos os valores semânticos, não há congruência entre o par questão/resposta. Observe, a seguir, os valores ordinário da pergunta e de foco da resposta:

(41) $[[[(40)A]]]_0 = \lambda p. [\exists x \text{ livro do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu o livro do Chomsky} \vee p = \neg (\text{João leu o livro do Chomsky})]$

(42) $[[[(40)B]]]_f = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)] \mid x \in De$

Se observarmos os valores semânticos, acima, podemos perceber que não há uma compatibilidade entre um e outro. O valor ordinário da pergunta não está contido no valor de foco da resposta: $[[[(40)A]]]_0 \not\subseteq [[[(40)B]]]_f$. Entretanto, pode-se perceber que a resposta, mesmo sem deslocamento, é adequada para a pergunta lançada em (40)A. Se são incongruentes semanticamente, qual a explicação lógica para a aceitabilidade de (40)B?

A explicação é que o falante, ao responder com uma informação não constante no conjunto de entidades inserido na pergunta, responde parcialmente a uma QUD (question under discussion, em português: ‘questão em discussão) implícita do tipo: ‘Que obras do Chomsky João leu?’. Uma QUD, segundo Roberts (1996), trata-se de uma questão que direciona o discurso. Esta pode ser dada explícita ou implicitamente no

contexto. Desta maneira, a resposta (40)B (ou 43(B), repetida aqui por conveniência), é congruente não com a pergunta explicitada no contexto, mas com uma pergunta implícita, como a abaixo:

- (43) A: João leu um livro do Chomsky?
QUD: Que obras do Chomsky João leu?
B: Ele leu UM ARTIGO.

‘João leu um livro do Chomsky?’ é uma subpergunta da pergunta ‘Que obras do Chomsky João leu?’. Ao responder (43)B, o falante responde parcialmente à QUD e deixa em aberto a pergunta (43)A. O conjunto de alternativas inserido pela pergunta é referente ao conjunto da QUD. Este está contido no valor de foco de (43)B: $[[[(QUD43)A]]]0 \subseteq [[[(43)B]]]f$.

Com um sintagma nominal indefinido em função de foco deslocado, a resposta da mesma maneira é aceitável, e a explicação tem relação com a estratégia de discurso de responder parcialmente a uma questão mais ampla.

- (44) A: João leu um livro do Chomsky?
B: UM ARTIGO1, ele leu t1.

Apesar de ambas as respostas serem aceitas, tanto com o sintagma de foco indefinido deslocado quanto sem deslocamento, a intuição é de que a resposta com o sintagma indefinido deslocado seja mais natural. Isto porque o falante faz uso da estratégia pragmática de colocar em evidência a informação nova, para posteriormente atribuir uma propriedade a ela (cf. Silva, 2017).

Considerações finais

A presente pesquisa teve como motivação buscar uma explicação formal, sob uma perspectiva semântica e pragmática, de por que contextos em que haja um sintagma indefinido em função de foco, tanto em sua posição canônica quanto deslocado, são mais aceitáveis em alguns casos e em outros não. A partir dos dados investigados, podemos concluir, confirmando a nossa hipótese, que o tipo de pergunta e o conjunto delimitado por ela influenciam na aceitabilidade da resposta.

Observamos, ainda, que os critérios semânticos de congruência são necessários em diálogos que apresentam SN indefinido com função de foco, porém não são suficientes. Em contextos em que o conjunto de elementos seja plural, ou seja, em que há representação explícita do conjunto de alternativas, a resposta com sintagma indefinido é aceitável, e nem sempre é necessário o uso de estratégias pragmáticas. Nesses casos, o deslocamento tem a função de destacar a estratégia pragmática, seja de resposta parcial, seja de contraste. Em diálogos nos quais a pergunta insere um conjunto unitário de entidades, mesmo sendo congruente, a resposta é menos aceitável, por violar a submáxima de quantidade de Grice e gerar implicaturas conversacionais. Se a resposta não for informativa, mesmo estabelecendo uma relação semântica de congruência, representa uma resposta inadequada, por não contribuir com a informatividade no diálogo. Todas estas conclusões se dão a partir da análise formal dos diálogos, tanto no nível semântico, quanto no pragmático. É imprescindível que sejam realizados experimentos psicolinguísticos com falantes nativos do PB, a exemplo de Silva (2022), a fim de verificar se tais conclusões não estão apenas no campo teórico, mas também se sustentam empiricamente.

Referências

BORGES NETO, J. *A semântica das perguntas*. Texto apresentado em simpósio durante o V Seminário do GEL - Franca/SP, julho de 2007.

BÜRING, D. Topic. In: BOSCH, P. & VAN DER SANDT, R. (eds) *Focus – Linguistic, Cognitive, and Computation Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 142-165, 1999.

_____. On D-trees, beans, and B-accents. *Linguistics & Philosophy* v. [S. l.], v. 26, n. 5, p. 511-545, oct. 2003.

FERREIRA, M. *Curso de Semântica Formal*. Berlin: Language Sciences Press, 2019. (Textbooks in Language Sciences 6).

FREGE, G. Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 1892, p. 22-50. English translation in GEACH, P.; BLACK, M. (ed.). *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1980. Reprinted in MARTINICH, A. P. (ed.). *The Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 1985).

GAZDAR, G. *Pragmatics, implicature, presupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. (eds.) *Syntax and Semantics*, New York: Academic Press, 1975. V. 3. p. 41-58.

GROENENDIJK, J.A.G.; STOKHOF, M.J.B. *Studies on the Semantics of Questions and the Pragmatics of Answers*. 569 f. PhD Thesis Interfaculty Research Institutes, University of Amsterdam, Amsterdam, 1984.

HAMBLIN, C. Questions in Montague English. *Foundations of Language*, Dordrecht, v. 10, n. 1, p. 41-53, 1973. Reprinted in PARTEE, B. (ed.). *Montague Grammar*, Texas: University of Texas Press, 1976.

HEIM, I. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. 1982. 263 f. PhD Thesis (Linguistics) – University of Massachusetts, Boston, 1982.

HEIM, I. (1991). Articles and Definitenes, Published in German as “Artikel und Definitheit,” in A. v. Stechow & D. Wunderlich (eds.) *Semantics*. An International Handbook of Contemporary Research, Berlin: de Gruyter.

HEIM, H. & KRATZER, A. *Semantics in Generative Grammar*. Blackwell Textbooks in Linguistics, Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1998.

ILARI, R. *A Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

KATO, M. A. Tópicos como alicamento de predicados secundários. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 34, p. 67-75, 2011.

KRIFKA, M. The Semantics of Questions and the Focussation of Answers. In: LEE, C.; GORDON, M.; BÜRING, D. (ed.). *Topic and Focus*. Dordrecht: Springer, 2008. p. 139-150. (Studies in Linguistics and Philosophy, v. 82). DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4796-1_8.

BÜRING, D. *Topic and Focus: cross-linguistic perspectives on meaning and intonation*. Springer. 2007.

LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice-theoretic approach. In: BAUERLE, R.; SHWARTZE, C; von STECHOW, A. (ed.). *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin: Walter de Gruyter, 1983. p. 302-323.

MIOTO, C. Focalização e quantificação. *Revista Letras*, [S. l.], v. 61, p. 169-189, dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2886>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v61i0.2886>.

MÜLLER, A. Genericity and denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. *DELTA*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-308, 2002.

_____. A expressão de Genericidade no Português do Brasil. *Revista Letras*, Curitiba, n. 55, p. 153-165, jan/jun 2001.

ORSINI, M.; VASCO, S. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. *Diadorim: Revista de estudos linguísticos e literários*, [S. l.], n. 2, p. 83-98, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2007.v2n0a3852>.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

REPP, S. Contrast: Dissecting an elusive information-structural notion and its role in grammar. In: FÉRY, C.; ISHIHARA, S. *The Oxford Handbook of Information Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2016. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199642670.013.006

ROBERTS, C. Information Structure in Discourse: Towards an Integrated Formal Theory of Pragmatics. In: YOON, J.; KATHOL, A. (ed.). *Papers in Semantics*. Columbus: Ohio State University, summer 1996. p. 91-136. (Working Papers in Linguistics, n. 49).

ROOTH, M. E. *Association with focus*. 227 f. PhD Thesis (Linguistics) – University of Massachusetts, Amherst, 1985.

_____. Focus. In: LAPPIN, S. (ed.). *Handbook of Contemporary Semantic Theory*. London: Blackwell, 1995. p. 271-298.

SILVA, F. R. da. *Deslocamento de tópico e foco no português brasileiro: uma análise semântico-pragmática*. 2017. 148 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. Deslocamento de tópico contrastivo no português brasileiro: uma proposta semântico-pragmática. *Revista de Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 771-809, fev. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.27.2.771-809>.

_____. Sintagmas indefinidos com função de foco no português brasileiro: uma análise experimental. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 2, p. 1-25, 10 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1874>.

SILVA, L. L. da. *A distinção entre os indefinidos 'um' e 'algum' no português brasileiro*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI:10.11606/D.8.2007.tde-31012008-103215.

_____. *A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no português brasileiro: o caso de algum e (um) certo*. 2012. 143 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI:10.11606/T.8.2012.tde-07122012-111004.

RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, Oxford, v. 14, n. 56, p. 479-493, oct. 1905.

Indefinite phrases with focus informational function in Brazilian Portuguese: a theoretical investigation of the semantic and pragmatic particularities

Abstract: This work aims to investigate the semantic and pragmatic phenomena in dialogs of Brazilian Portuguese (BP). More specifically, the research claims to analyze dialogs that are composed of yes/no questions and answers in which there is an indefinite nominal phrase with informational focus function. This phrase might occur in both in its canonical and dislocated position. The research was motivated by Silva (2017) who affirms that quantification indefinite phrases with a focus function can trigger distinct inferences, depending on

several factors such as: syntactic structure (canonical, dislocation), semantic questions, context of use. From creating dialogues, the work seeks to present a formal logic proposal for to explain the acceptability of answers with indefinite focus. From the investigated data, we conclude that the question kind and the set inserted by the question influence the acceptability of the answer. Furthermore, the semantics criteria such as congruence between the question and the answer are necessary, but not sufficient for the acceptability of sentences with indefinite focus. In addition to congruence, the pragmatic strategies are needed so that responses with indefinite focus phrases, both in their canonical and dislocation position, are suitable for a certain question given in the context.

Keywords: Formal semantic. Focus. Indefinite phrases. Semantic of questions. Dislocation.

Recebido em: 28/11/2021

Aceito em: 18/04/2022